

## PORTO &amp; MAR



Equipes da Capitania dos Portos de São Paulo fazem inspeção em embarcação no canal de navegação



Nas abordagens, são verificados os documentos de lanchas, moto náuticas e ainda dos condutores

# Recorde de apreensões no mar

Capitania dos Portos registrou uma alta de 257,6% na quantidade de barcos retidos durante a Operação Verão

FERNANDA BALBINO  
DA REDAÇÃO

A atual Operação Verão da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) bateu recordes de abordagens e apreensões de embarcações no mar. De 14 de dezembro até agora, foram realizadas 2.042 vistorias, um aumento de quase 15% em relação à ação do ano passado. Já o número de barcos que foram apreendidos cresceu 257,6%, chegando a 93 no período. Mesmo com o fim da estação na semana que vem, a Autoridade Marítima garante que a fiscalização continuará.

A informação é do capitão de mar e guerra Marcelo de Oliveira Sá, comandante da CPSP. Segundo o oficial, o plano é postergar a

permanência dos cerca de 190 homens deslocados para Santos durante o verão.

“Em 2019, fizemos 3.126 abordagens, em 2020 fizemos 3.856. Só neste ano já foram 1.727, ou seja, nós já quase que alcançamos metade das abordagens que fizemos no ano passado”, explicou o comandante.

Segundo o oficial, o nú-

mero de apreensões feitas na Operação Verão quase se igualou ao verificado em todo o ano passado. E a pandemia de covid-19 é apontada como o principal motivo para que isto tenha acontecido.

Isto porque, com as regras de isolamento social, as pessoas têm buscado o mar como uma opção de lazer. Esse refúgio tem sido verificado desde setembro do ano passado e ganhou atenção especial da Autoridade Marítima. “A Marinha incentiva uma mentalidade marítima. Que tenhamos atividade náutica, mas com responsabilidade”, destaca o comandante.

Entre as principais infrações cometidas, estão a falta de documentação (como a habilitação do condutor e os registros da embarcação) e a falta de materiais de salvatagem (coletes salva-vidas e extintores de incêndio). Navegar fora das áreas delimitadas e próximo aos banhistas também é um problema identificado pela Marinha.

É há casos mais graves, como conduzir embarcações embriagado. Nesta situação, o infrator é levado às autoridades policiais. E há episódios quando o barco é retido. “A embarcação é apreendida quando a gente identifica que não tem nenhum condutor habilitado para conduzir a embar-

## ORIENTAÇÃO

“A Marinha incentiva uma mentalidade marítima. Que tenhamos atividade náutica, mas com responsabilidade”

Capitão de Mar e Guerra  
Marcelo de Oliveira Sá  
Comandante da Capitania dos Portos de São Paulo

## PROCESSOS

Durante o primeiro ano da pandemia de covid-19, a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) teve alguns de seus principais processos revisados. Com isso, foi possível emitir um número maior de documentos, principalmente em função do aumento da demanda pela atividade náutica no período de isolamento. De 648 documentos de habilitação emitidos, o número passou para 1.347. Já o total de provas aplicadas para a obtenção das habilitações saltou de 480 por mês para mais de 1.500.

cação, quando tem graves comprometimentos na questão do material de salvatagem ou das manutenções. Pode ter um sério risco de um emborcamento (quando o barco vira). Nesses casos, nós apreendemos

a embarcação por questões durante o Verão, a Marinha firmou convênios com várias prefeituras, que também ficam responsáveis pelas abordagens. É o caso de Santos, São Vicente, Guarujá e Praia Grande.

### ABORDAGENS

Além do aumento do efetivo durante o Verão, a Marinha firmou convênios com várias prefeituras, que também ficam responsáveis pelas abordagens. É o caso de Santos, São Vicente, Guarujá e Praia Grande. “Não é transferir a responsabilidade para o município, é compartilhar as capacidades de fiscalização. E, com isso, garantir a segurança dos banhistas, dos amantes dos esportes náuticos, para que eles, quando forem ao mar, se sintam seguros”, explicou o capitão dos portos.

Em todos os casos, o autor da irregularidade pode se defender junto à Autoridade Marítima. “No ato da fiscalização, é emitida uma notificação. Ela é encaminhada à pessoa que a cometeu, que tem sete dias para uma defesa prévia. A gente avalia e depois é transformado ou não em um auto de infração. Depois, ainda tem outra possibilidade para se defender”.

O capitão alertou que todos podem contribuir para a segurança no mar através de denúncias. Os telefones são: 3221-3456 e 3221-3459. Há ainda a opção do 185 (emergências náuticas).

## Marinha avalia criar unidade de fuzileiros

■ A Marinha do Brasil estuda ativar o Grupo de segurança”, explicou o capitão de mar e guerra. A ideia é manter um efetivo na Cidade, para garantir uma resposta mais rápida em casos em que for necessária a atuação desses oficiais.

Atualmente, cerca de 100 fuzileiros atuam na Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), cuja sede fica entre os armazéns 27 e 29 do Porto de Santos. Eles vêm do Rio de Janeiro e trabalham em revezamentos, a cada 15 dias.

A ideia, agora, é ter um efetivo de fuzileiros fixos no cais santista. Eles são especializados em operações em terra e em alto-mar. Além disso, são responsáveis pela segurança e ordem dos navios de guerra e pela defesa das instalações navais.

“Nas questões que envolvem o Porto, quando eleva o nível de segurança, nós temos todo um protocolo. Até o nível 2, continua Polícia Federal, a Polícia Militar tem acesso à área portuária. Quando atinge nível 3 e ativa a GLO (Garantia da Lei e da Ordem), aí nós usamos os fuzileiros”, explicou o capitão de mar e guerra Marcelo de Oliveira Sá, comandante da Capitania dos Portos.

Segundo o militar, a implantação de um grupo de fuzileiros em Santos já foi discutida em outro momento. Porém, os planos mudaram e o local avaliado passou a ser Osasco, na Região Metropolitana de São Paulo. Agora, o assunto foi retomado com o plano de implantar o grupamento no cais santista.

Hoje, além da sede da CPSP, Santos conta com o Grupamento de Patrulha Naval Sul-Sudeste (GPNSS). A unidade tem como objetivo intensificar ações para proteger o meio ambiente e evitar o tráfico de drogas em uma área que inclui as proximidades do Porto de Santos e vai até a 12 milhas náuticas (22,2 quilômetros) da costa dos estados de São Paulo e Paraná.